



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XX Curso de Especialização em Relações Internacionais

**Relações Comerciais entre Brasil e demais membros do BRICS:
necessidade de otimização das relações e de mitigação da
dependência do mercado chinês**

Rafael Alves Lourenço

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção
do título de Especialista em Relações Internacionais pela
Universidade de Brasília.**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Flávia Barros-Platiau

Brasília

2019

RESUMO

Considerando que, atualmente, o Brasil tem como maiores destinatários de suas exportações os Estados Unidos e a China, bem como que apresenta relações de dependência com o último, busca-se, neste trabalho, descrever os resultados das relações comerciais entre Brasil e demais membros do BRICS e analisá-los, a fim de verificar o impacto para o crescimento econômico brasileiro. Ademais, para além de constatar que o mercado chinês é o mais importante para o Brasil dentro do BRICS, busca-se indicar uma melhor exploração de parcerias comerciais com outros membros do grupo, em especial, a Índia, haja vista a complementaridade entre as duas economias, bem como a necessidade de diversificar as exportações brasileiras, a propósito de mitigar os riscos enfrentados pelo Brasil em decorrência da dependência da China.

Palavras-chave: Brasil; China; Brics; Índia; comércio internacional; política externa.

ABSTRACT

Considering that nowadays Brazil has as major destinies of your exports USA and China as well as it shows dependency relations with the latter, this work seeks to describe the results of the commercial trade between Brazil and the other members of BRICS and to analyze them, in order to verify the impact to the Brazilian economic growth. Besides, it seeks indicate a better exploration of commercial partnerships with other members of BRICS, specially India, because the complementarity between the two economies as well as the need to diversify the Brazilian exports, in order to mitigate the risks faced by Brazil derived from the dependency from China.

Keywords: Brazil; China; Brics; India, international trade; foreign policy.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, o Brasil tem como maiores destinatários de suas exportações Estados Unidos da América (EUA) e China. O primeiro, líder da economia mundial; o segundo, pretendente a assumir essa posição nos próximos dez anos. Tem-se que, nos últimos vinte anos, as exportações brasileiras à China subiram de 1,5% para 26,8% do total e, aos EUA, de 19%, atingiram um pico de 25,4% em 2002, reduzindo-se progressivamente à casa dos 12% em 2014, valor que se mantém até 2018.

Esse resultado, em termos objetivos, pode corroborar a visão de que a relação BRASIL-CHINA caracteriza-se como simbiótica, sendo esses países candidatos naturais para cooperar nas potencialidades e ambições de crescimento mútuo e de progresso social, segundo Arbach (2011). Essa vertiginosa cooperação econômica foi impulsionada pela demanda chinesa por *commodities* brasileiras e pela demanda do Brasil por bens de consumo, intermediários e de capital oriundos da China.

A pauta de exportações para os chineses, no entanto, é hoje menos diversificada do que há dez anos e excessivamente concentrada em *commodities*. Com isso, o Brasil tornou-se dependente da China, uma vez que dessa relação resulta aproximadamente um quarto do *superávit* comercial brasileiro.

É natural pensar como alternativa principal para reduzir essa dependência econômica uma reaproximação com a economia mais forte do mundo, a americana. Há, no entanto, outras rotas comerciais que podem ser melhor aproveitadas, a fim de aumentar fluxos já existentes, balancear a proporção das relações comerciais brasileiras e reforçar a estratégia de diversificação, de modo a proteger o Brasil da natural volatilidade econômica. Assim, como a excessiva exposição ao mercado chinês aumenta a vulnerabilidade da economia brasileira, buscar novos portos comerciais é medida imperiosa.

Traz-se à baila, então, o BRICS, cujo aprofundamento do diálogo é de interesse de seus membros. Desse modo, apesar de ser o mercado chinês o mais importante dentro do bloco, o Brasil pode otimizar suas relações comerciais com os outros membros, em especial a Índia, ao aproveitar o espaço de negociação aberto e os interesses convergentes.

A ideia dos BRICS foi formulada pelo economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O'Neil, em estudo de 2001, intitulado “*Building Better Global Economic BRICs*”. Fixou-se como categoria da análise nos meios econômico-financeiros, empresariais, acadêmicos e de comunicação. Em 2006, o conceito deu origem a um agrupamento, propriamente dito, incorporado à política externa de Brasil, Rússia, Índia e China.

De acordo com o Ministério de Relações Exteriores (MRE), a coordenação entre esses países começou de maneira informal em 2006, com uma reunião de trabalho entre os chanceleres dos quatro países, realizada em paralelo à Assembleia-Geral das Nações Unidas (ONU). Em 2007, o Brasil organizou um segundo encontro, durante o qual se verificou o interesse em aprofundar o diálogo, a merecer, assim, a organização de reunião específica de Chanceleres.

A primeira reunião formal de Chanceleres do BRIC foi realizada em 18 de maio de 2008, em Ecatimburgo, na Rússia. Desde então, o acrônimo não mais se limitou a identificar quatro economias emergentes, passando o BRICs a constituir uma nova entidade político-diplomática.

Desde sua primeira Cúpula, em 2009, os Chefes de Estado e de Governo dos BRICs se encontram anualmente. Em 2011, na Cúpula de Sanya (III Cúpula), a África do Sul passou a fazer parte do agrupamento, que adotou a sigla BRICS. Nos últimos 10 anos, ocorreram dez reuniões de Cúpula, com a presença de todos os líderes do mecanismo. Assim, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul são os cinco países que formam, hoje, o agrupamento denominado BRICS.

Desde então, tem expandido significativamente suas atividades no âmbito da coordenação política, da cooperação econômico-financeira e da cooperação multissetorial. A respeito da coordenação política, o BRICS atua no âmbito da governança econômico-financeira, bem como no de governança política. Na primeira, o BRICS atribui prioridade à coordenação na esfera do G-20, incluindo a reforma do FMI. Na governança política, sua agenda defende a reforma das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança, a fim de melhorar sua representatividade, a favor da redistribuição de poder de influência na governança internacional.

A cooperação econômico-financeira foi a que apresentou os resultados tangíveis iniciais. Dois instrumentos de especial relevo foram subscritos na VI Cúpula do BRICS (Fortaleza, julho de 2014): os acordos constitutivos do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), voltado para o financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em economias emergentes e países em desenvolvimento, e do Arranjo Contingente de Reservas (ACR), destinado a prover apoio mútuo aos membros do BRICS em cenários de flutuações em seus balanços de pagamentos. O capital inicial subscrito do NBD foi de US\$ 50 bilhões e seu capital autorizado, US\$ 100 bilhões. Os recursos alocados para o ACR, por sua vez, totalizarão US\$ 100 bilhões.

Conforme Cardoso e Fernandes (2015), essa institucionalização, no entanto, não alterou a natureza jurídica do BRICS, de modo que o fizesse uma organização internacional. Com efeito, ele continua sendo um arranjo informal diante do direito internacional.

Assim, este artigo busca verificar as vantagens de o Brasil reforçar seus vínculos com os outros membros do BRICS, além da China, considerando as oportunidades de comércio e investimentos, a fim de equalizar sua estratégia de cooperação econômica e descaracterizar sua atual situação de dependência da economia chinesa. Em razão da gravidade dessa circunstância, cujos impactos à economia brasileira podem ser desastrosos, é que se justifica a abordagem dessa temática.

Para isso, mediante pesquisa qualitativa exploratória contendo levantamento bibliográfico, análise de exemplos e estudos de casos, tem como objetivo geral analisar as relações comerciais entre o Brasil e os demais membros do BRICS desde 2009, com exposição de dados a partir de 1998, a propósito de comparar o intercâmbio comercial antes e depois da formação do agrupamento de países e verificar seu impacto para o desenvolvimento econômico brasileiro. Especificamente, tem como objetivos definir o BRICS e seus propósitos; descrever os resultados das relações comerciais entre o Brasil e os demais membros do BRICS; e analisar as relações comerciais entre o Brasil e os demais membros do BRICS, a fim de verificar o impacto esperado para o desenvolvimento econômico brasileiro.

Nesse intento, o artigo está organizado como segue: a próxima seção apresenta as relações comerciais entre o Brasil e os demais membros do BRICS. A seção 3 abarca a análise das relações comerciais entre o Brasil e os demais membros do BRICS. Na quarta seção, inscreve-se a conclusão.

2. RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E OS DEMAIS MEMBROS DO BRICS

2.1 Relações BRASIL-CHINA

As relações diplomáticas entre Brasil e China foram estabelecidas em 1974 e têm evoluído de forma intensa, assumindo crescente complexidade. Em 1993, formaram uma "Parceria Estratégica" e, em 2004, foi criada a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). Em 2012, por ocasião da visita ao Brasil do então Primeiro-Ministro Wen Jiabao, as relações foram elevadas ao nível de "Parceria Estratégica Global", estabeleceu-se o Diálogo Estratégico Global entre Ministros das Relações Exteriores, e firmou-se o Plano Decenal de Cooperação (2012-2021).

Desde 2009, a China é o principal parceiro comercial do Brasil e vem-se constituindo numa das principais fontes de investimento no País. Conforme o Itamaraty (BRASIL, 2019), a corrente de comércio Brasil-China ampliou-se de forma marcante entre 2001 e 2015 – passando de US\$ 3,2 bilhões para US\$ 66,3 bilhões. Em 2009, a China passou a figurar não apenas como maior mercado comprador das exportações brasileiras, mas também como principal parceiro comercial do Brasil, pelo critério do fluxo de comércio. Em 2012, a China tornou-se também o principal fornecedor de produtos importados pelo Brasil.

Em 2015, o Brasil exportou para a China um total de US\$ 35,6 bilhões e importou daquele país US\$ 30,7 bilhões (contra US\$ 40,6 bilhões e US\$ 37,3 bilhões em 2014, respectivamente), obtendo, como resultado, superávit no comércio bilateral

de US\$ 4,9 bilhões. Desde 2009, o Brasil acumula um superávit com a China de quase US\$ 46 bilhões.

A China figura entre as principais fontes de investimento estrangeiro direto no Brasil, com destaque para os setores de energia e mineração, siderurgia e agronegócio. Observa-se, igualmente, diversificação dos investimentos chineses no país para segmentos como telecomunicações, automóveis, máquinas, serviços bancários e infraestrutura. Quanto aos investimentos brasileiros na China, destaca-se aqueles em setores como aeronáutico, mineração, alimentos, motores, autopeças, siderurgia, papel e celulose, e serviços bancários.

A cooperação financeira tem sido intensificada nos âmbitos bilateral e multilateral. Diversos bancos chineses atuam no Brasil, e o Banco do Brasil conta com agência em Xangai, desde maio de 2014; trata-se da primeira agência de um banco latino-americano na China. Em 2013, foi assinado acordo de swap de moeda local, com vistas a salvaguardar o comércio bilateral em eventuais situações de crise econômica. Em junho de 2015, ambos os países decidiram criar o Fundo Brasil-China para Expansão da Capacidade Produtiva, no valor de US\$ 20 bilhões, com vistas a fomentar investimentos em infraestrutura e logística, energia, mineração, manufaturas, agricultura, entre outros, no âmbito do Acordo-Quadro para o Desenvolvimento do Investimento e Cooperação na área de Capacidade Produtiva entre o Ministério do Planejamento e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China (NDRC, sigla em inglês), assinado durante a visita do Primeiro-Ministro Li Keqiang ao Brasil (maio de 2015).

Para se compreender a relação de dependência do Brasil à China, é de bom tom colacionar os dados dessa relação com os da do Brasil com os EUA, maior economia mundial no presente.

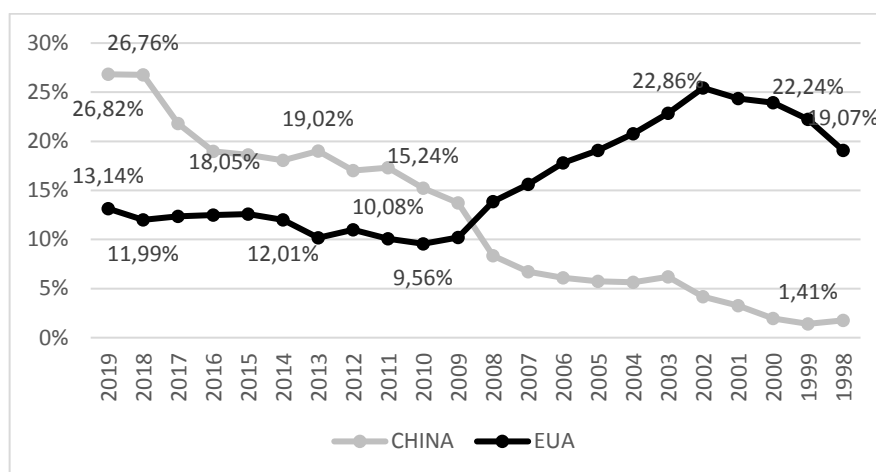
Ao se levantar os dados comerciais referentes à relação bilateral do Brasil com os dois maiores destinos de suas exportações, EUA e China, nos últimos 20 anos (1998 – abr/2019)¹, constata-se que as exportações à China subiram de 1,5% para 26,8% do total. Já em relação aos EUA, de 19%, atingiram um pico de 25,4% em

¹ <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>

2002, com redução progressiva à casa dos 12% em 2014, valor que se mantém até 2018.

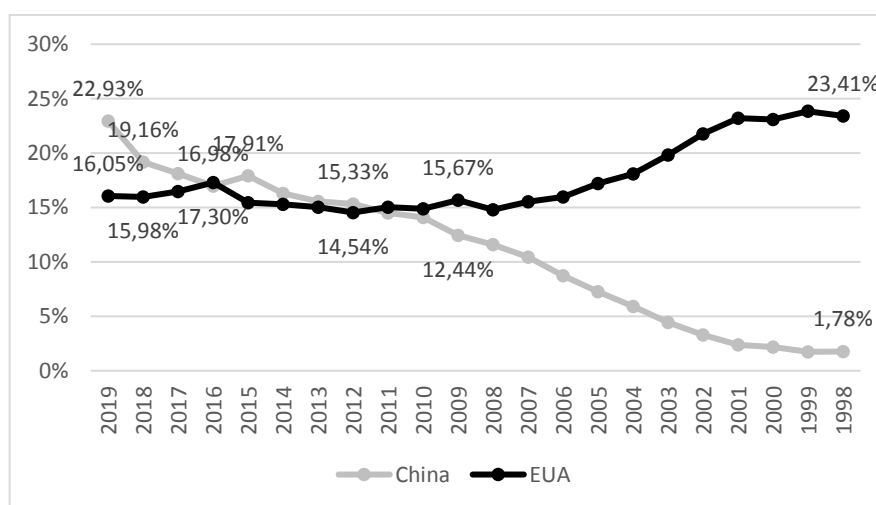
Observa-se, assim, uma clara mudança na política externa comercial brasileira, com a subida do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, em 2003, ano em que se inicia a diminuição dos fluxos comerciais com os EUA. Com o país oriental, sob a liderança do Partido Comunista Chinês (PCC), esses fluxos assumem sentido diverso, passando a China, em 2009, a ser o principal parceiro comercial do Brasil, ultrapassando, em 2018, o ápice de exportações que o Brasil realizou para os EUA em 2002.

Gráfico 1: Exportações do Brasil à China e aos EUA (1998-abr/2019)



Fonte: Ministério da Economia

Gráfico 2: Importações pelo Brasil da China e dos EUA (1998-abr/2019)

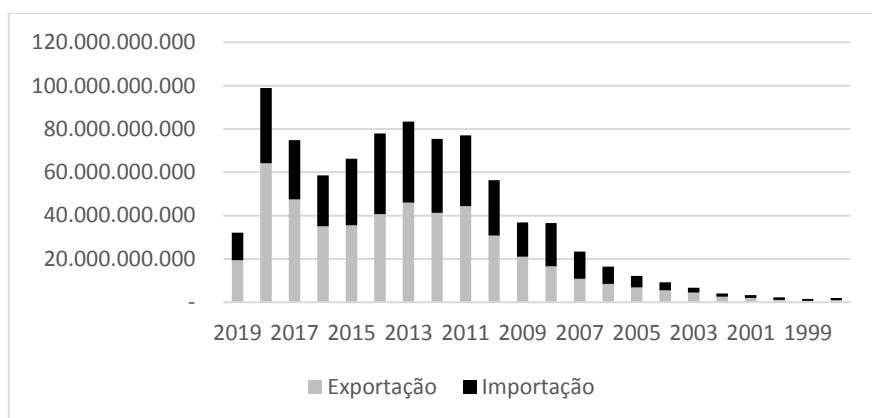


Fonte: Ministério da Economia

Respeitante às importações, representadas por bens de consumo, intermediários e de capital oriundos da China, de acordo com Arbache (2011), constata-se, igualmente, entre 1998 e abr/2019, uma troca de posições. A China vem assumindo a posição que era a dos EUA em 1998, que, desde 2008, segue na faixa dos 15%, com oscilação para quase 17% em 2016.

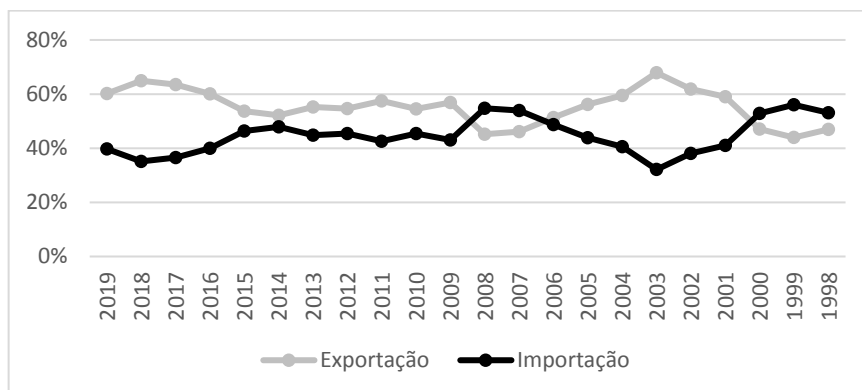
De modo geral, observa-se que as relações BRASL-CHINA não se intensificaram repentinamente, mas sim progressivamente, cujas causas, em tese, não parecem ser devidas apenas a fatores econômicos, a exemplo de crises mundiais, que podem redistribuir fluxos comerciais. Abaixo, gráficos relacionados às trocas comerciais entre Brasil e China.

Gráfico 3: Intercâmbio Comercial Brasil-China (1998-abr/2019)



Fonte: Ministério da Economia

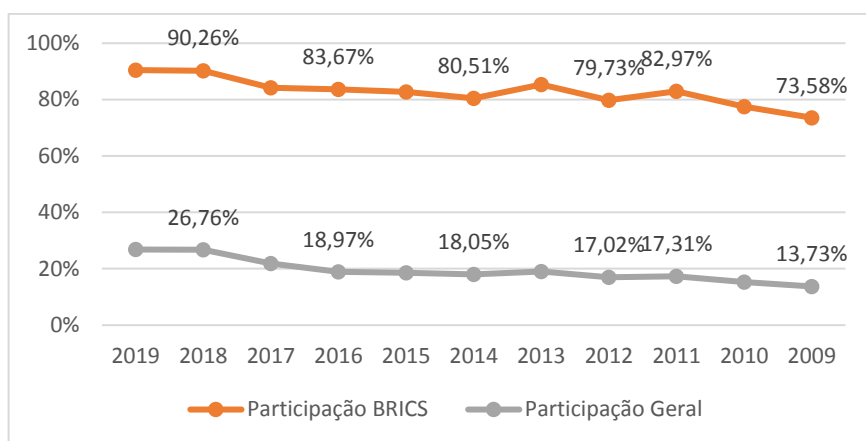
Gráfico 4: Intercâmbio Comercial Brasil-China (%)



Fonte: Ministério da Economia

A seguir, verifica-se que, no âmbito do BRICS, a China vem aumentando a sua já forte importância em 2009 cada vez mais no que tange às exportações brasileiras. De 73,6% em 2009, alcançou 90,26% em 2018. No âmbito geral, as exportações do Brasil à China passaram de quase 14% em 2009 para, aproximadamente, 27% em 2018; isto é, um salto ligeiramente menor que o dobro.

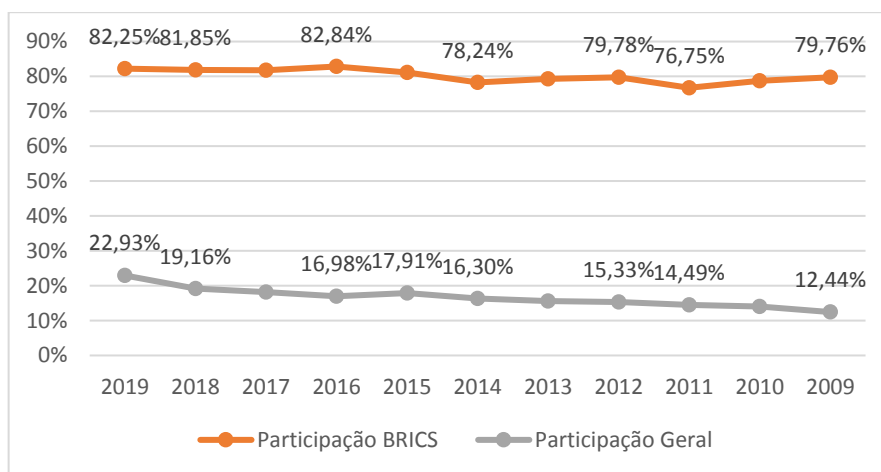
Gráfico 5: Exportações do Brasil à China



Fonte: Ministério da Economia

Quanto às importações, observa-se quase uma constância na casa dos 80%, em ascensão paulatina no espaço de trocas do BRICS; um crescimento, porém, no âmbito geral, saindo de 13% para 23%, de 2009 a 2018.

Gráfico 6: Importações pelo Brasil da China



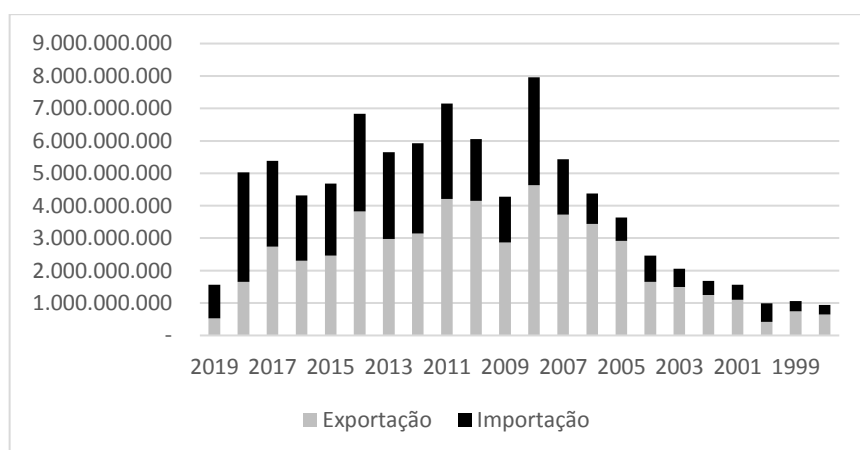
Fonte: Ministério da Economia

2.2 Relações BRASIL-RÚSSIA

Comemorou-se, em 3 de outubro de 2018, o 190º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Rússia. Iniciadas em 1828, foram alçadas ao patamar de "Parceria Estratégica" em 2002.

A Rússia é o maior parceiro comercial do Brasil na Europa do Leste, e a corrente de comércio entre os países alcançou US\$ 5,3 bilhões em 2017, crescimento de mais de 20% em relação a 2016. Novos acordos nas áreas de facilitação de comércio e investimentos abrem caminho para que se aprofundem suas relações comerciais, uma vez que os dois países estão engajados na meta de atingir US\$ 10 bilhões em trocas comerciais.

Gráfico 7: Intercâmbio Comercial Brasil-Rússia (1998-abr/2019)

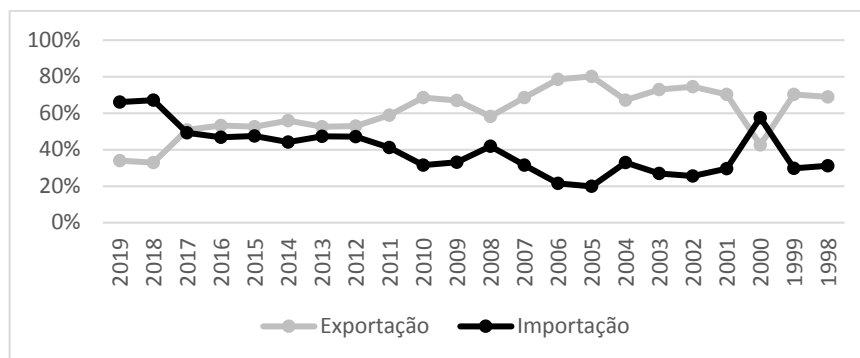


Fonte: Ministério da Economia

Pelo gráfico acima, observa-se que o ano de 2008 foi o mais frutífero em trocas comerciais entre Brasil e Rússia, atingindo cerca de US\$ 8 bilhões em trocas comerciais. Após a formação do BRICS, 2011 foi o ano mais intenso no intercâmbio, pouco mais de US\$ 7 bilhões, sem alcançar, no entanto, o valor de 2008.

Em termos proporcionais, as exportações brasileiras à Rússia mostraram-se superiores às importações desde 2001, tendência que começou a mudar em 2011, invertendo-se em 2018, com manutenção até abril de 2019, mês último dos dados coletados.

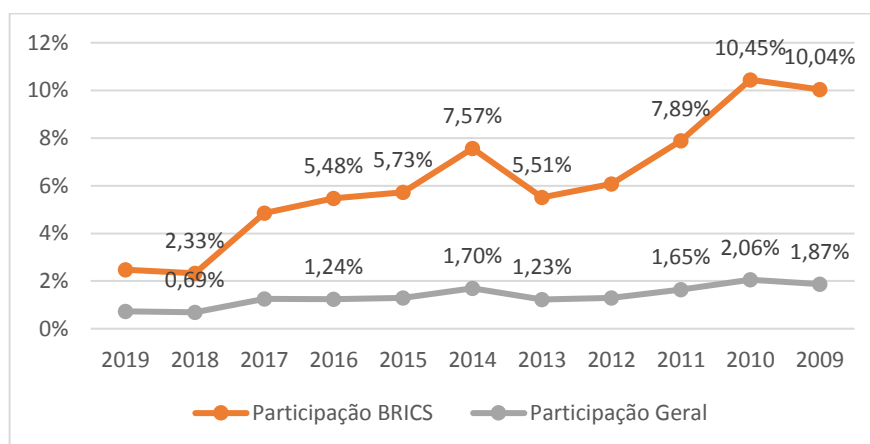
Gráfico 8: Intercâmbio Comercial Brasil-Rússia (%)



Fonte: Ministério da Economia

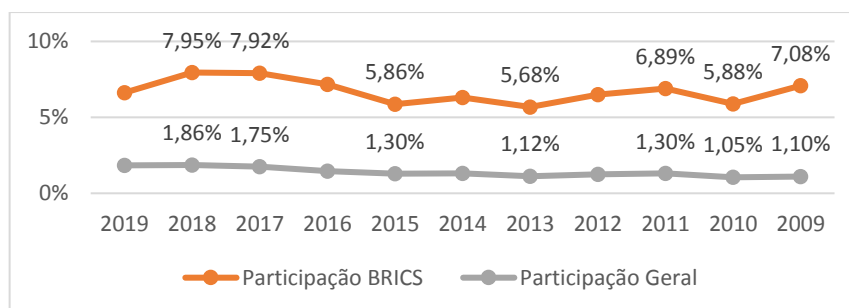
Importa registrar, ainda, que as exportações do Brasil ao país russo, no âmbito do BRICS, iniciaram-se em 10% do exportado à Rússia, Índia, China e África do Sul, chegando ao patamar de 2,3% em 2018. Já nas importações, o fluxo situa-se na faixa aproximada entre 6% e 8%. Os gráficos adiante expõem esse quadro:

Gráfico 9: Exportações do Brasil à Rússia



Fonte: Ministério da Economia

Gráfico 10: Importações pelo Brasil da Rússia



Fonte: Ministério da Economia

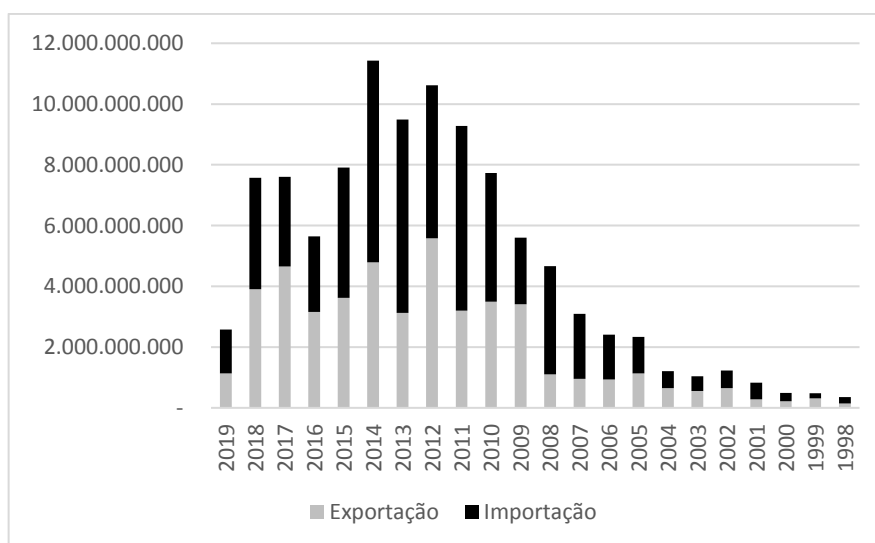
2.3. Relações BRASIL-ÍNDIA

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Índia foram estabelecidas em 1948. As comerciais vêm crescendo consideravelmente e a cooperação entre os dois países aumentou em diversas áreas, como ciência e tecnologia, farmacêutica e espacial. Ambos países compartilham de várias similaridades, sendo estas sociais, políticas, geográficas e econômicas, que contribuem para a otimização dessa relação ao longo dos anos. Com o intuito de institucionalizar ainda mais essa relação, em 2003, foi criado um fórum de cooperação entre Índia e Brasil, que incluía também a África do Sul, e ficou conhecido como IBAS.

Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), as trocas comerciais entre Brasil e Índia ganharam notoriedade nos números, onde menos de US\$ 500 milhões em 2000 aumentou para cerca de US\$ 7,7 bilhões em 2010 de participação indiana no comércio exterior brasileiro. (CÂMARA DE COMÉRCIA BRASIL ÍNDIA, 2019).

Ao se visualizar o gráfico a seguir, verifica-se que, no período de 2011 a 2014, as trocas comerciais superaram os US\$ 8 bilhões, com destaque para os anos de 2012 e 2014, que se aproximaram dos US\$ 11 bilhões anuais.

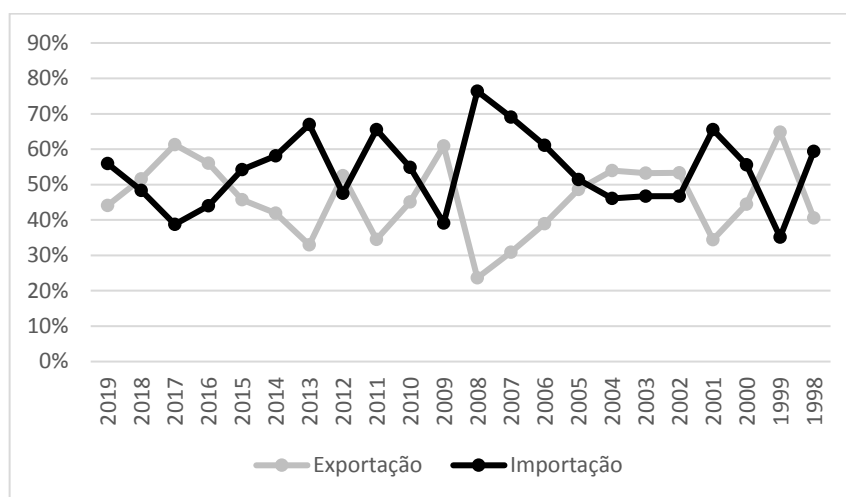
Gráfico 11: Intercâmbio Comercial Brasil-Índia (1998-abr/2019)



Fonte: Ministério da Economia

Percentualmente, constata-se que há uma oscilação na balança comercial entre os dois países, em que cada um, de 2009 a 2018, permaneceu cinco vezes na posição de maior exportador e vice-versa.

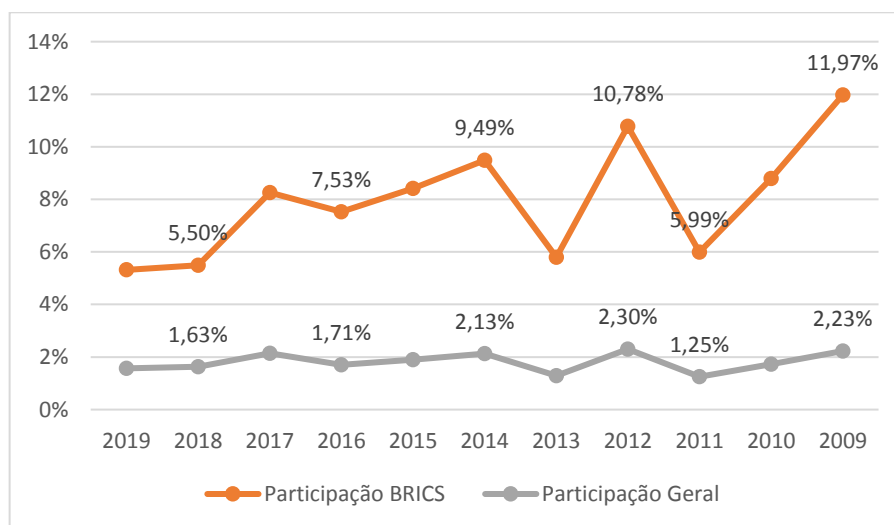
Gráfico 12: Intercâmbio Comercial Brasil-Índia (%)



Fonte: Ministério da Economia

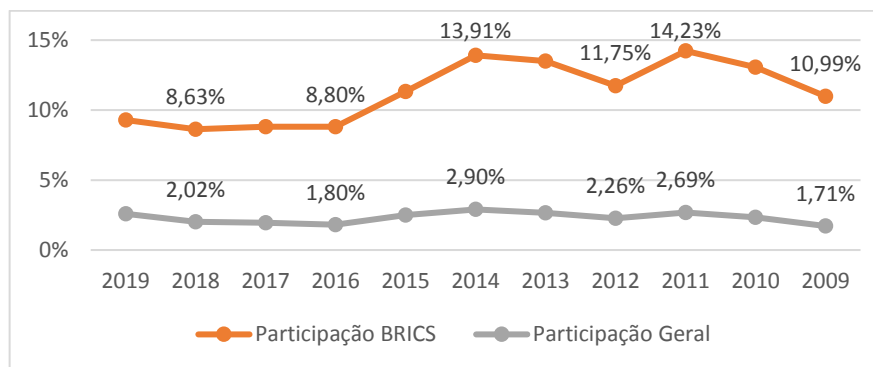
No âmbito do BRICS, v. gráficos adiante, as exportações à Índia representaram 12% em 2009, ponto mais alto, caindo para 5,5% em 2018, ponto mais baixo. No que tange às importações, embora 2009 tenha iniciado em 11%, os anos de 2011 e 2014 ficaram em torno de 14%. Desde então, houve declínio até 8,6% em 2018.

Gráfico 13: Exportações do Brasil à Índia (2009-abr/2019)



Fonte: Ministério da Economia

Gráfico 14: Importações do Brasil à Índia (2009-abr/2019)

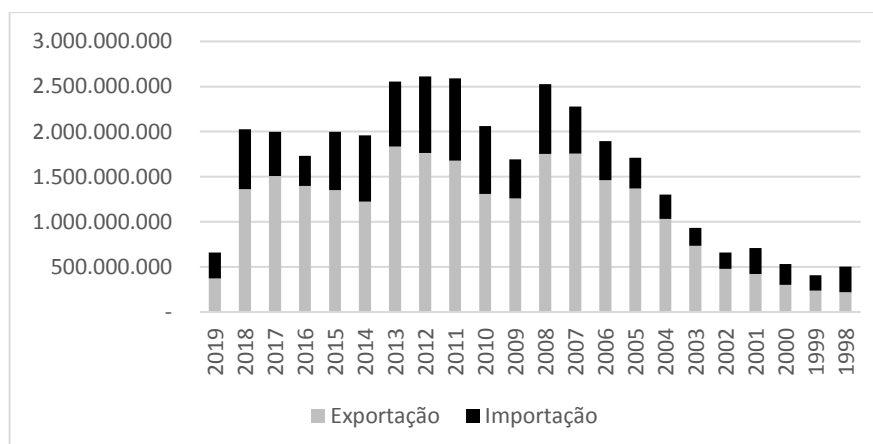


Fonte: Ministério da Economia

2.4. Relações BRASIL-ÁFRICA DO SUL

Segundo Penna Filho (2001), do ponto de vista estritamente político, as relações entre Brasil e África do Sul somente foram estabelecidas em 1947-1948, com a abertura de uma representação diplomática sul-africana no Rio de Janeiro e da Legação brasileira em Pretória, respectivamente. Conforme mencionado em seção acima, em 2003, foi criado um fórum de cooperação, o IBAS, a fim de institucionalizar a relação entre Índia, Brasil e África do Sul, com a finalidade de aprofundar as relações entre esses países. Respeitante à África do Sul, o crescimento das relações comerciais é notório, atingindo seus maiores montantes de intercâmbio nos anos de 2011 a 2013, acima dos US\$ 2,5 bilhões, conforme abaixo:

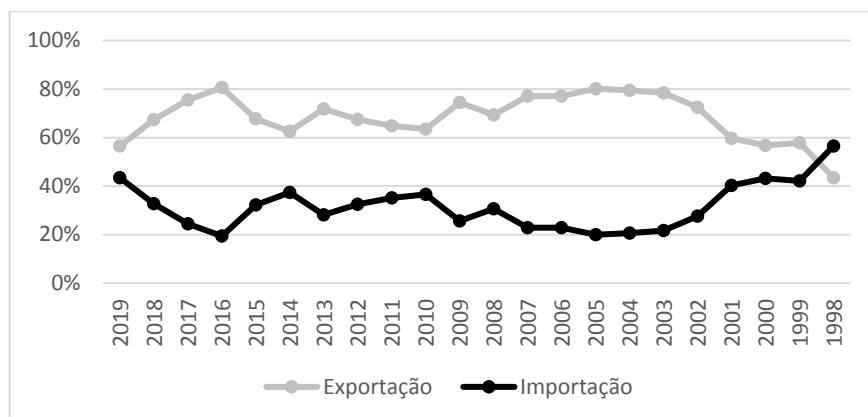
Gráfico 15: Intercâmbio Comercial Brasil-África do Sul (1998-abr/2019)



Fonte: Ministério da Economia

A proporção entre exportações e importações é linear no sentido de que estas mentem-se menor que aquelas, desde 1999.

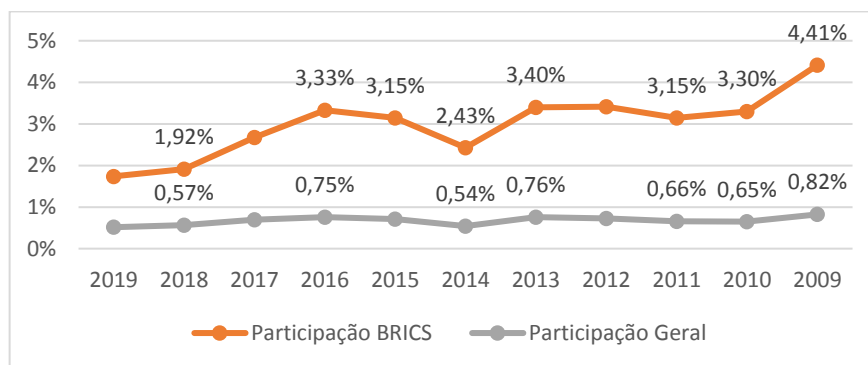
Gráfico 16: Intercâmbio Comercial Brasil-África do Sul (%)



Fonte: Ministério da Economia

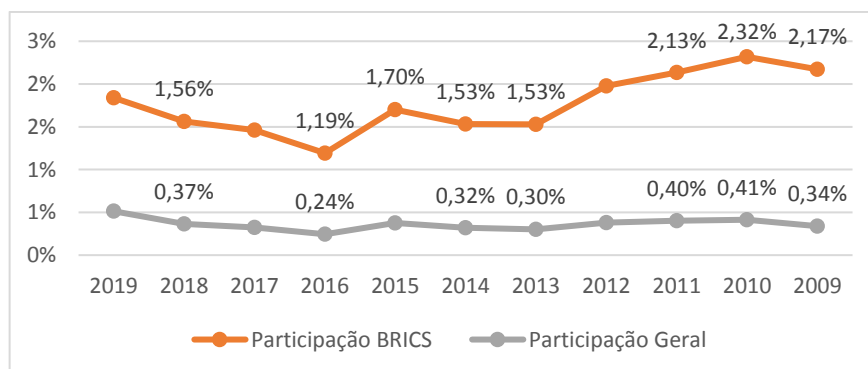
No espaço BRICS, no entanto, a proporção de exportações à África do Sul vem caindo. Em 2009, 4,4%; em 2018, 1,92%. Já as importações, situaram-se na faixa entre 1,5% e 3%, com exceção dos anos de 2016 e 2017.

Gráfico 17: Exportações do Brasil à África do Sul (2009-abr/2019)



Fonte: Ministério da Economia

Gráfico 18: Importações pelo Brasil à África do Sul (2009-abr/2019)



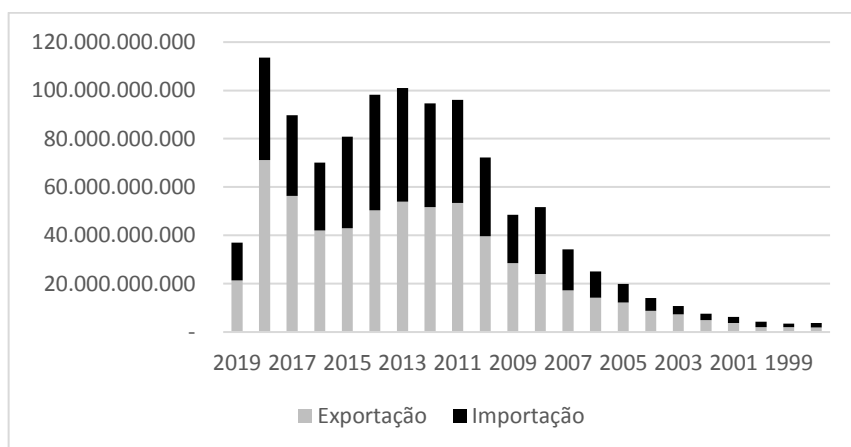
Fonte: Ministério da Economia

2.5. Relações do Brasil com demais membros do BRICS

Conforme observado acima, a China vem dominando as relações comerciais com o Brasil, inclusive no âmbito do BRICS, com diminuição das trocas comerciais com os demais países no decorrer dos anos.

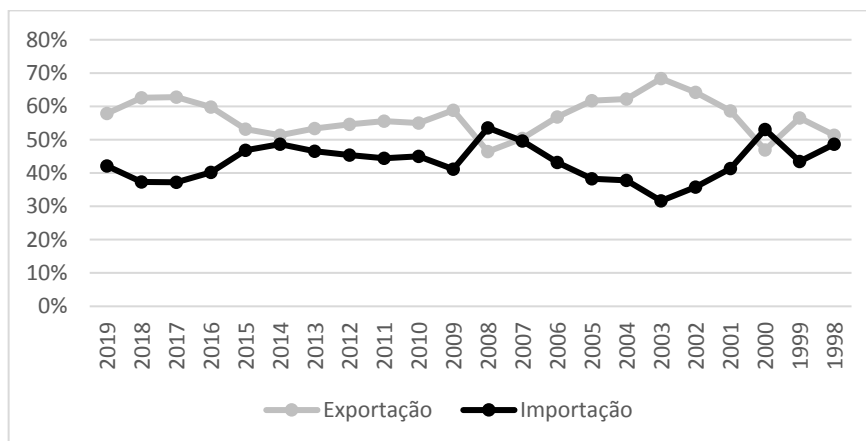
No geral, as trocas comerciais do Brasil com os demais membros do BRICS seguiram movimento de ascensão, chegando a um total de US\$ 100 bilhões em 2013, com queda em 2014 a 2017 e novo ápice em 2018, na casa dos US\$ 115 bilhões, com balança superavitária.

Gráfico 19: Intercâmbio Comercial Brasil-Demais membros do BRICS (1998-abr/2019)



Fonte: Ministério da Economia

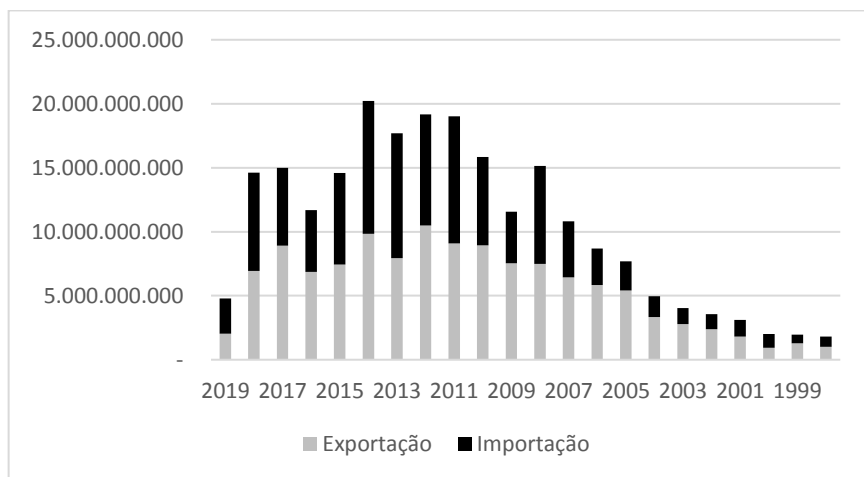
Gráfico 20: Intercâmbio Comercial Brasil-Demais membros do BRICS (%)



Fonte: Ministério da Economia

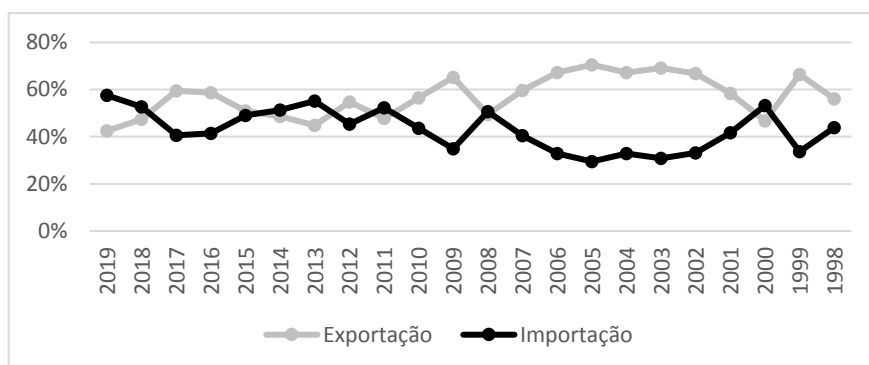
Excluindo-se a China, o cenário da balança comercial não mantém regularidade, com tendência descendente para as exportações e ascendente para as importações, conforme gráficos abaixo.

Gráfico 21: Intercâmbio Comercial Brasil-RIS (1998-abr/2019)



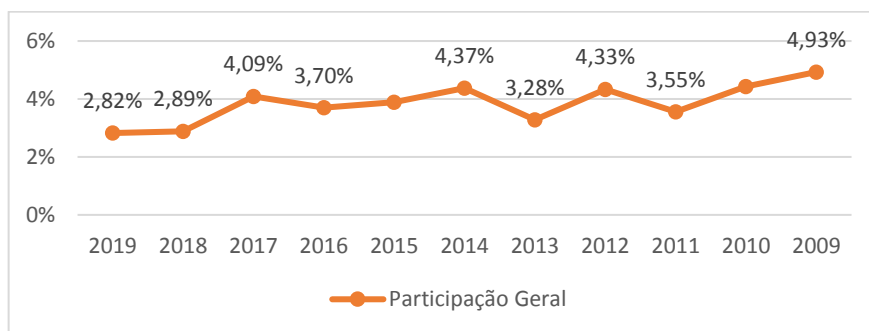
Fonte: Ministério da Economia

Gráfico 22: Intercâmbio Comercial Brasil-RIS (%)



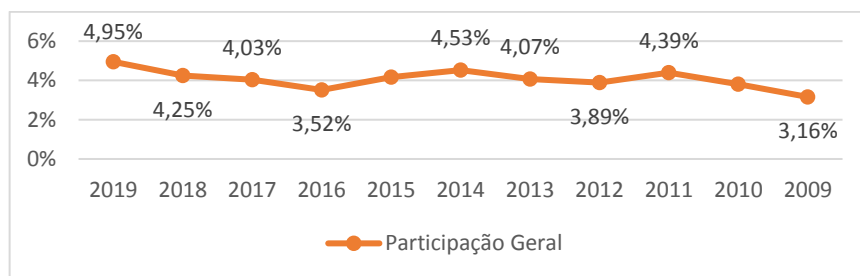
Fonte: Ministério da Economia

Gráfico 23: Exportações do Brasil a RIS (2009-abr/2019)



Fonte: Ministério da Economia

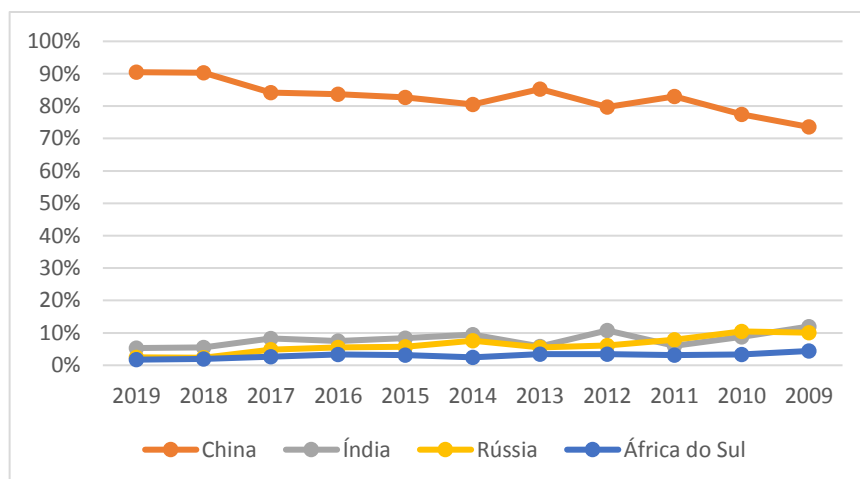
Gráfico 24: Importações pelo Brasil de RIS (2009-abr/2019)



Fonte: Ministério da Economia

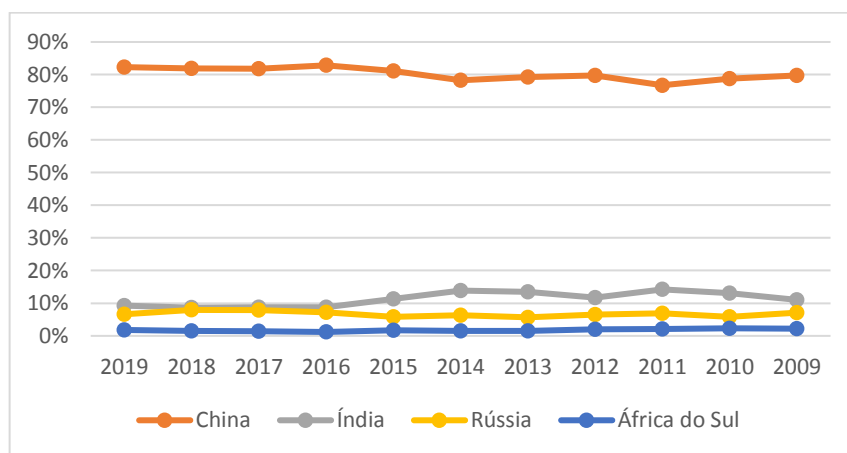
Assim, na esfera do BRICS, constata-se um certo desequilíbrio nos fluxos comerciais entre Brasil e seus demais membros, caracterizando-se o Brasil quase como um reduto chinês.

Gráfico 25: Exportações do Brasil a RICS (2009-abr/2019)



Fonte: Ministério da Economia

Gráfico 26: Exportações do Brasil a RICS (2009-abr/2019)



Fonte: Ministério da Economia

3. ANÁLISE DAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE O BRASIL E OS DEMAIS MEMBROS DO BRICS

Segundo Arbache (2011), a cooperação econômica entre Brasil e China foi impulsionada pela demanda chinesa por *commodities* brasileiras, bem como pela demanda do Brasil por bens de consumo, de capital e intermediários da China. Como resultado, esta se tornou o mais importante parceiro comercial e fonte de investimento estrangeiro direto do e no Brasil. O desenvolvimento dessa parceria sugere, assim, uma relação simbiótica. O suprimento de *commodities* pelo Brasil garante à China o que precisa para manter sua estabilidade política; ao Brasil são garantidas maiores exportações, aumento de investimentos e provisão de bens manufaturados a preços baixos.

Essa relação, no entanto, ainda segundo Arbache (2011), oferece riscos que não podem ser ignorados. Além de ser crescentemente assimétrica – maior do que entre Brasil e Estados Unidos ou Brasil e União Europeia – e benéfica no curto prazo, encoraja uma forte dependência pela economia brasileira da economia chinesa no longo prazo. Significa, então, que essa parceria não está amparada no benefício mútuo e, de certa forma, está distante de uma abordagem estratégica, pois, embora tenha suavizado problemas estruturais e déficits de conta corrente brasileiros e ajudado, de algum modo, no controle da pressão inflacionária, contribui para pressionar a taxa de câmbio.

Arbache (2011) salienta igualmente que a parceria Brasil-China concorre, inclusive, para a desindustrialização nacional e transformação do Brasil em uma espécie de “celeiro” chinês em território sul-americano, haja vista que os investimentos diretos são normalmente associados a projetos para produção, logística ou comércio de *commodities*. Ou seja, essas relações econômicas nutrem, fortalecem e encorajam a produção e exportação de *commodities*, bem como a estagnação da produção industrial; essas relações primarizam a economia nacional sem contribuir para a criação de empregos e um crescimento sustentável.

Arbache e Page (2007, apud Arbache, 2011) abordam que países dependentes de exportações de *commodities* crescem a taxas baixas principalmente

por que experienciam fortes acelerações e colapsos, isto é, no longo prazo, um baixo crescimento médio, cujos termos de troca figuram dentre as principais causas para esses movimentos econômicos.

Sobre a caracterização da relação bilateral entre Brasil e China como dependente, Kalout e Degaut (2017) tomam esse fenômeno em perspectiva e, em análise mais detalhada, verificam que “a pauta de exportações para os chineses é hoje menos diversificada do que há dez anos e excessivamente concentrada em *commodities*”. Concluem, assim, que, não só pelo volume de exportações, mas também pelo de importações, o Brasil tornou-se dependente da China, uma vez que dessa relação resulta aproximadamente um quarto do *superávit* comercial brasileiro. Pelos gráficos apresentados na segunda seção deste artigo, constata-se que o ano de 2002 foi o ponto de partida de queda das exportações estadunidenses para o Brasil, enquanto que as chinesas iniciaram seu crescimento em 2000.

Não se pode negar que a relação sino-brasileira alimentou o ciclo de *commodities* que colaborou no crescimento da renda no Brasil. No entanto, também é irrefutável que o Brasil perdeu espaço em outros mercados, especialmente o estadunidense, conforme os dados demonstram. Kalout e Degaut (2017) entendem que isso decorre em grande medida pela incapacidade brasileira de negociar acordos de livre comércio adequados aos interesses e necessidades nacionais.

Em que pese qualquer análise de conjuntura deva levar em conta as circunstâncias político-econômicas mundiais, a exemplo da crise financeira de 2008, momento em que a China pôde e soube manter certo ritmo econômico, enquanto os EUA sofriam as consequências seriamente, não se vê oscilação significativa causada pelas intempéries do livre mercado nessas relações; pelo contrário, constata-se a manutenção da tendência de aprofundamento das relações com a China e de afastamento das com os EUA.

Não parece haver, no entanto, no cenário acima apresentado, o tom universalista que a política externa do Brasil passou a adotar nos anos 1970. Nessa época, a política externa brasileira em relação aos EUA passou de uma posição de alinhamento para uma postura de autonomia em relação a esse país. Embora houvesse uma certa dissonância política entre os chefes de governo à época, a relação econômica

se ampliava e se tornava mais complexa, uma vez que bancos americanos adquiriam peso na questão do endividamento externo brasileiro. Ademais, diante de uma direção para a diversificação de parcerias, como a Europa Oriental, houve uma relativa diminuição da importância estadunidense para o comércio exterior com o Brasil. A década de 1980 é que foi o período em que, de fato, caracterizou-se por uma deterioração na relação desses dois países em termos econômicos, além do aumento de contenciosos em questões de comércio exterior (Andrade; Naretto; Franco, 2017).

A partir da década de 1990, o Brasil retomou, tanto nas questões políticas quanto nas econômico-comerciais, a aliança com os EUA, devido, especialmente, ao fim da guerra fria e aos processos de abertura econômica e de privatização capitaneados pelo Governo Collor. Em função posição dos EUA na ordem mundial, a liderança brasileira entendeu que o afastamento era inadequado. No entanto, o governo FHC, alegando pragmatismo, promoveu alterações na política externa, que incluiu a diversificação e a ampliação de parcerias com China, União Europeia, Japão, Índia, Rússia e África do Sul. Apesar disso, as relações comerciais entre Brasil e EUA foram ampliadas nesse decênio e geraram *déficit* comercial para o Brasil, reduzido apenas em 1999, em razão da desvalorização do real (Andrade; Naretto; Franco, 2017).

Nos anos 2000, com a emergência do Partido Republicano no poder norte-americano e do Partido dos Trabalhadores no governo brasileiro, ambos os países reorientaram suas políticas externas. No caso do Brasil, a nova ideia seria diversificar parcerias e aumentar presença diplomática no mundo, especialmente entre os países do sul global (Andrade; Naretto; Franco, 2017).

Conforme Andrade, Naretto e Franco (2017), o comércio entre Brasil e Estados Unidos foi encorajado, tendo resultados positivos até 2008, quando foi desacelerado devido aos efeitos da crise financeira internacional desencadeada naquele ano. Contudo, faz-se ressalva para lembrar que, apesar da crise de 2008, a desaceleração das exportações brasileiras iniciou-se no final do governo de FHC e estendeu-se durante todo o governo Lula, mantendo-se entre 10% e 12% do total, durante o governo Dilma e Temer.

Corroborado por Kalout e Degaut (2017), a suposta diversificação de parcerias e aumento de presença diplomática no mundo pela Gestão PT teve como

resultado mais expressivo a ampliação das relações comerciais com a China, dobrando o valor das exportações aos EUA, detentor da maior economia do mundo. Nesse quadro, surge a possibilidade de suposta “solidariedade ideológica continental”, pois os novos rumos de diversificação, supostamente pragmática, resultaram em relação comercial marcadas, no momento, pela dependência.

Nem mesmo o tão festejado BRICS foi capaz de dar azo a uma política comercial baseada no pragmatismo. Apesar do aumento das trocas comerciais com Rússia, Índia e África do Sul, a partir da coalizção, a síntese é que parecem figurantes na concertação comercial do agrupamento.

Importa ingressar aqui em aspectos relacionados à política externa brasileira (PEB) e o grupo dos BRICS. Fernandes e Cardoso (2015), ao buscar a compreensão sobre se a política externa brasileira foi ou não alterada a partir da formação dessa coalizção internacional, por meio de verificação da convergência entre os padrões de votação do Brasil e de seus parceiros na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, concluem que o surgimento do BRICS não teve o impacto esperado na PEB, uma vez que os padrões de convergência mantiveram-se bastante semelhantes tanto no período anterior quanto no posterior à formação do grupo, isto é, há um fraco e baixo crescimento.

Fernandes e Cardoso (2015) comparam, por exemplo, o crescimento da convergência de interesses entre Brasil e Argentina, que é maior do que o entre Brasil e demais membros do BRICS. As taxas de convergência com Rússia, Índia e África do Sul são menores do que as iniciais. Já as com a China, com pouca variação no período, permanecem no mesmo patamar. Em síntese, chegam ao resultado de que a criação do grupo dos BRICS não afetou o comportamento em conjunto do Brasil com seus parceiros emergentes, tal como era esperado na literatura.

De fato, a mudança substancial é o fortalecimento das trocas comerciais entre Brasil e China, que, de acordo com Arbache (2011), seguem um padrão “Norte-Sul” e são substancialmente mais assimétricas que as observadas com países do Norte. Assim, perseguir maior simetria e equilíbrio na relação Brasil-China, com base em benefícios mútuos, bem como maior isonomia nas regras e acordos relacionados a investimentos, a fim de que empresas brasileiras se beneficiem do crescimento chinês,

e não só as chinesas das oportunidades no Brasil, e diversificação nos investimentos e financiamentos em áreas outras que não a de *commodities* e segmentos relacionados são medidas sugeridas por esse autor.

Nessa linha, é possível inferir que, estrategicamente, não há pragmatismo em se tornar dependente de um parceiro comercial. Para ilustrar, as exportações à China correspondem, aproximadamente, ao valor somado das exportações aos EUA, Argentina, Holanda e Chile, quatro dos cinco maiores destinos das exportações brasileiras. O bom senso, ao contrário, ensina que a visão estratégica em termos comerciais é, de fato, diversificação, a fim de mitigar as vulnerabilidades decorrentes de uma relação de dependência. Afinal, segundo Kalout e Degaut (2017), “em política internacional não há amizades permanentes, apenas interesses nacionais”.

Ademais, em que pese, conforme ressalva Arbache (2011), haja países que ficaram ricos a partir da produção e exportação de *commodities*, como Canadá, Austrália e Noruega, o Brasil não congrega as mesmas circunstâncias por que esses países tinham e vivenciaram, a exemplo de tempo em que ocorreu, termos de troca, governança, instituições ou políticas públicas. Para além disso, certamente a riqueza não foi alcançada com a desindustrialização desses países e sem a diversificação de exportações. É bom lembrar, também, não há um país que tenha ficado rico por ter como seu principal parceiro comercial a China.

Por essa razão, considerando que o Brasil vem perdendo espaço em mercados importantes como o norte-americano, e que as exportações brasileiras vêm diminuindo inclusive para Rússia, Índia e África do Sul, a possível diversificação poderia ser direcionada, considerando o já formado BRICS, à Índia, face ao grau de possível complementaridade entre as duas economias, e que deveria ser explorado de maneira mais intensa e focada, seja no âmbito de acordos bilaterais, seja na convergência de posições em fóruns multilaterais.

Baumann (2018) registra que a inserção internacional da economia indiana tem um claro ponto de inflexão no início da década de 1990, quando uma crise importante nas contas externas levou a processo de liberalização inédito. Desde então, as exportações de bens e serviços triplicaram sua participação no PIB, passando de 7%

em 1990 para 21% em média, entre 2014 e 2016. Do lado das importações, há uma variação semelhante à registrada: de 8% para 23%.

A população brasileira, 200 milhões de habitantes, equivale à um quinto da indiana, 1,3 bilhão de pessoas. Além disso, atrás apenas da China, a Índia é o segundo país mais populoso do planeta.

Comparando-se a estrutura produtiva do Brasil e da Índia – média 2014-2016, em percentual do PIB –, no caso do Brasil, o setor da agricultura corresponde à 5,1%, o da indústria, à 22,5% e o de serviços, à 72,4%. Em relação à Índia, agricultura, 17,6%; indústria, 29,5%; e serviços, 52,8%.

Verifica-se, então, que, em ambas as economias, há predominância da produção de serviços, embora, no caso brasileiro, a importância relativa desse setor é bem mais pronunciada. Baumann (2018) destaca, assim, que essa diferença estridente quando se trata de comparação com a economia indiana, notoriamente uma economia com forte desempenho no comércio internacional de serviços, superior ao brasileiro, inclusive.

Em 2014-2016, a economia brasileira exportou bens e serviços em montante correspondente a 12% do seu PIB, e importou 13%. Os mesmos indicadores para a Índia foram de 21% e 23%, respectivamente, indicando uma economia mais aberta ao comércio.

Segundo Baumann (2018), as relações comerciais bilaterais com a Índia são essencialmente do tipo “Norte-Sul”, similarmente ao comércio entre o Brasil e outros países, significando um intercâmbio em que um dos parceiros (Brasil) exporta produtos básicos e importa mercadorias processadas.

Além disso, respeitante ao comércio de mercadorias, Baumann (2018) aponta que a pauta de exportações brasileira é bem mais concentrada do que a indiana. Em 2010, apenas três produtos correspondiam a 67% do valor exportado pelo Brasil, tendo como destino o mercado indiano. Os 100 produtos mais importantes representavam 96,3% do valor exportado pelo Brasil no comércio bilateral.

No caso das importações brasileiras provenientes da Índia eram, em 2010, mais diversificadas. Os três principais produtos – óleo diesel, fio de algodão e

fio de poliéster – representavam apenas 47% do valor total, indicando um grau bem mais diversificado que as exportações brasileiras. Os 100 principais produtos correspondiam a 80%.

Já em 2017, os três principais produtos de exportação brasileira – óleo bruto de petróleo, óleo de soja em bruto e outros açúcares de cana – correspondiam a 60% do valor total, enquanto os 100 principais produtos representavam 95%. Houve, portanto, pouca diversificação da pauta exportadora brasileira no comércio com a Índia.

Quanto às exportações brasileiras, em 2017, os três principais produtos indianos – fios têxteis de poliéster, inseticidas e querosene de aviação – representavam 12% do total da pauta. E os 100 principais produtos corresponderam a apenas 63%.

Em síntese, conclui Baumann (2018), constata-se baixo grau de elaboração dos produtos exportados pelo Brasil e de quão limitado foi o processo de diversificação da oferta brasileira; no lado indiano, ganho de participação por parte de produtos mais elaborados e um notável grau de desconcentração da pauta exportadora.

Relativamente ao comércio de serviços, a sua participação no PIB do Brasil e da Índia é crescente, sem desconsiderar o fato de que a economia indiana se destaca pelo seu dinamismo na exportação de serviços. De 2000 a 2016, o comércio de serviços representou duas vezes mais para a Índia (de 7,76% a 11,39%) do que para o Brasil (de 3,77% a 5,40%) (BAUMANN, 2018).

Daí, apesar de que o setor de serviços na economia brasileira representa um percentual do PIB muito mais elevado do que na economia indiana, o comércio exterior de serviços da Índia é bem mais significativo em proporção ao PIB, aponta Baumann (2018). Infere, então, o autor: “parece razoável imaginar a existência de demanda indiana para a facilitação das transações bilaterais em serviços. E, dada a composição da pauta exportadora daquele país, com forte concentração setorial, é possível especular sobre onde estariam focados, em princípio, seus interesses”.

4. CONCLUSÃO

Ao longo do trabalho, constatou-se que a relação do Brasil com os demais membros do BRICS não foi ao encontro das expectativas que se tinha tanto política quanto economicamente. Em termos de políticos, o grupo dos BRICS pouco fez diferença antes e depois; já em econômicos, apesar da suavização de certos problemas brasileiros, o aprofundamento da relação bilateral com a China também implicou no aprofundamento em situações de risco à economia nacional, em visão estratégica de longo prazo: primarização da economia, tendência à desindustrialização e à baixa criação de empregos, baixa diversificação na pauta da exportação, pressão cambial e dependência.

A propósito de mitigar os riscos enfrentados pelo Brasil, um realinhamento estratégico do Brasil faz-se premente. A busca por equilíbrio, harmonia e simetria nas relações comerciais entre Brasil e China, baseadas no princípio dos benefícios mútuos, e a diversificação na pauta de exportações nacionais, a fim de basear um crescimento sustentável, são as medidas mais claras à vista, conforme sugeridas por Arbache (2011).

Paralelamente, na linha da diversificação, Baumann (2018) recomenda, considerando o grau de possível complementaridade entre as economias do Brasil e da Índia, uma aproximação no setor de serviços, mediante exploração de maneira mais intensa e focada, seja no âmbito de acordos bilaterais, seja na convergência de posições em fóruns multilaterais.

Assim, em síntese apertada, a relação do Brasil com os demais membros do BRICS não tem produzido o impacto esperado para o desenvolvimento econômico brasileiro, apesar do amortecimento de certos problemas nacionais. A queda nas trocas comerciais com Índia, Rússia e África do Sul e o crescimento nas com a China, concentradas em *commodities* e na logística de sua produção e escoamento, indicam vulnerabilidade da economia brasileira e pusilanimidade na realização dos interesses nacionais.

5. REFERÊNCIAS

Andrade, I.; Naretto, N.; Franco, L. Relações comerciais e cooperação econômica entre o Brasil e os Estados Unidos nos anos 2000. **Boletim de Economia e Política Internacional (Bepi)**, n. 23, p. 13-29, Maio/Ago. 2017. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8207/1/BEPI_n23_Relacoes.pdf>.

Acesso em 8 jan 2019.

ARBACHE, Jorge. The Siren's Song: A Study of the Economic Relationship between Brazil and China. **SSRN Electronic Journal**. Agosto 2011. Disponível em <<https://ssrn.com/abstract=2047126.7>>. Acesso em 27 Abril 2019. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2047126>.

FERNANDES, I.; CARDOSO, L. F. A Política Externa Brasileira e o Grupo dos Brics. **Leviathan (São Paulo)**, n. 11, p. 121-144, 8 ago. 2017. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/leviathan/article/view/135212>>. Acesso em 06 junho 2019. <https://doi.org/10.11606/issn.2237-4485.lev.2015.135212>.

BAUMANN, Renato. Brasil e Índia: possível aproximação em serviços? Disponível em <Disponível em <<https://economiadeservicos.com/2018/06/26/brasil-e-india-possivel-aproximacao-em-servicos/>>. Acesso em 20 maio 2019.

CÂMARA DE COMÉRCIO ÍNDIA BRASIL. Relação Índia-Brasil. Disponível em <<https://www.indiabrazilchamber.org/relacao-india-brasil>>. Acesso em 18 maio 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. Conheça os Brics: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>>. Acesso em 29 Abril 2019.

Kalout, H.; Degaut, M. *Brasil, um País em busca de uma Grande Estratégia*. Relatório da SAE, Brasília, Casa Civil, PDF, 2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>>. Acesso em 5 maio 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. República Popular da China. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/templates/mre/pesquisa-postos/index.php?option=com_content&view=article&id=4926&Itemid=478&cod_pais=CHN&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR>. Acesso em 5 maio 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Federação da Rússia. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/templates/mre/pesquisa-postos/index.php?option=com_content&view=article&id=5587&Itemid=478&cod_pais=RUS&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR> Acesso em 5 maio 2019.

PENNA FILHO, Pio. África do Sul e Brasil: diplomacia e comércio (1918-2000). **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 44, n. 1, p. 69-93, Junho 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-732920010001000006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Junho 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292001000100006>.

SENADO FEDERAL. Brics. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bric>>. Acesso em 8 maio 2019.